

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. -
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações financeiras
referente ao exercício findo em
31 de dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

ÍNDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
3. INVESTIMENTOS.....	17
4. PARTES RELACIONADAS.....	19
5. TRIBUTOS A RECOLHER.....	19
6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	20
7. DESPESAS.....	21
8. RESULTADO FINANCEIRO.....	22
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	22
10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	22
11. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	24

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
ChIPLEY SP Participações S.A. – em recuperação judicial
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras ChIPLEY SP Participações S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da ChIPLEY SP Participações S.A. – em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Aprovação das demonstrações financeiras e destinações dos resultados de exercícios anteriores

As demonstrações financeiras da ChIPLEY SP Participações S.A. – em recuperação judicial referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, bem como as destinações do resultado daqueles exercícios, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como as destinações do resultado daquele exercício, foram aprovadas pelos acionistas.

Contas a receber com partes relacionadas em recuperação judicial

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2019 contas a receber com a controladora Renova Energia S.A. – em recuperação judicial e com a parte relacionada Renova Comercializadora S.A. – em recuperação judicial nos montantes de R\$199.777 mil e R\$ 136.096 mil, respectivamente, que representam 38% do total dos ativos da Companhia. Em virtude do processo de recuperação judicial em andamento, e das incertezas relacionadas a este assunto, não nos foi possível concluir como, quando e por quais valores estes ativos serão realizados. Eventos futuros, que não podemos prever seu desfecho, poderão gerar impactos importantes nas operações da Companhia, e esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção à nota explicativa 2.3 às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir o assunto decorrente do reflexo do ajuste realizado pela investida Brasil PCH S.A. relacionado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorrente do reconhecimento dos instrumentos financeiros derivativos da investida a valor justo, conforme descrito na referida nota explicativa. Em 05 de julho de 2019 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Salvador, 06 de novembro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado)	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado)
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		2	6	Fornecedores		-	106
Tributos a recuperar		110	7	Tributos a recolher	5	4.898	528
Dividendos a receber	3.2	-	9.180	Dividendos a pagar	6.2	8.031	4.619
Total do ativo circulante		<u>112</u>	<u>9.193</u>	Total do passivo circulante		<u>12.929</u>	<u>5.253</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	3	552.525	587.334	Partes relacionadas	4	111	-
Partes relacionadas	4	335.873	229.807	Tributos a recolher	5	2.378	-
Total do ativo não circulante		<u>888.398</u>	<u>817.141</u>	Total do passivo não circulante		<u>2.489</u>	<u>-</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6		
				Capital social		744.871	744.871
				Reserva de lucros		8.454	4.862
				Reserva especial para dividendos		152.594	87.761
				Ajuste de avaliação patrimonial		(32.827)	(16.413)
				Total do patrimônio líquido		<u>873.092</u>	<u>821.081</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>888.510</u>	<u>826.334</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>888.510</u>	<u>826.334</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
DESPESAS			
Gerais e administrativas	7	96	(2)
Resultado de equivalência patrimonial	3.1	58.794	48.686
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>58.890</u>	<u>48.684</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		18.759	7.698
Despesas financeiras		<u>(1.296)</u>	<u>(53)</u>
Total	8	17.463	7.645
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>76.353</u>	<u>56.329</u>
Imposto de renda e contribuição social	9	(4.516)	(2.576)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>71.837</u>	<u>53.753</u>
Lucro por ação básico e diluído (expressos em reais - R\$)	6.3	0,10	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	71.837	(Reapresentado) 53.753
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado		
Reflexo da perda de valor justo de instrumento de hedge de controlada em conjunto	(16.414)	(16.413)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>55.423</u>	<u>37.340</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros - Reserva legal	Reserva especial para dividendos	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		744.871	2.175	39.248	-	-	786.294
Lucro líquido do exercício		-	-	-	53.753	-	53.753
Constituição de reserva legal		-	2.687	-	(2.687)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(2.553)	-	(2.553)
Dividendos adicionais propostos		-	-	48.513	(48.513)	-	-
Reflexo de valor justo em <i>hedge</i> de fluxo de caixa de controlada em conjunto		-	-	-	-	(16.413)	(16.413)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (REAPRESENTADO)	6	744.871	4.862	87.761	-	(16.413)	821.081
Lucro líquido do exercício		-	-	-	71.837	-	71.837
Constituição de reserva legal	6.2	-	3.592	-	(3.592)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6.2	-	-	-	(3.412)	-	(3.412)
Dividendos adicionais propostos		-	-	64.833	(64.833)	-	-
Reflexo de valor justo em <i>hedge</i> de fluxo de caixa de controlada em conjunto	6.3	-	-	-	-	(16.414)	(16.414)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	6	744.871	8.454	152.594	-	(32.827)	873.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		71.837	53.753
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Juros sobre mútuo	4, 8	(19.372)	(7.944)
Juros sobre aplicações financeiras	8	(66)	(129)
Resultado de equivalência patrimonial	3.1	(58.794)	(48.686)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		(103)	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(106)	2
Tributos a recolher		7.161	1.154
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(413)	(785)
Dividendos recebidos	3.2	86.369	154.340
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>86.513</u>	<u>151.704</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		66	129
Partes relacionadas		<u>(86.694)</u>	<u>(151.829)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(86.628)</u>	<u>(151.700)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas		<u>111</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pela atividade de financiamento		111	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>(4)</u></u>	<u><u>4</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6	2
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		2	6
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>(4)</u></u>	<u><u>4</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Chipley SP Participações S.A- Em recuperação judicial (“Chipley” ou “Companhia”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Junior, 850, Jardim das Acácias, foi constituída em 4 de fevereiro de 2013, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.

Conforme nota explicativa 5, a Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A.- Em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui participação societária de 51% na Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) e possui o controle compartilhado, conforme Acordo de Acionistas. A Brasil PCH é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”). A mesma detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291,5 MW* e energia assegurada de 194 MW* médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica:

PCH	Compradora	Valores				Prazo			
		Valor original do Contrato (milhões de reais)	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh	Preço atualizado MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	ELETOBRAS	281.272	115.893	121,35	286,63	jul/08	jul/28	IGP-M	junho
Carangola	ELETOBRAS	202.548	83.456	121,35	286,63	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Calheiros	ELETOBRAS	228.228	94.037	121,35	286,63	set/08	set/28	IGP-M	junho
Caparaó	ELETOBRAS	54.054	22.272	121,35	286,63	jul/08	jul/28	IGP-M	junho
Funil	ELETOBRAS	302.441	124.615	121,35	286,63	mai/08	mai/28	IGP-M	junho
Irara	ELETOBRAS	379.529	156.378	121,35	286,63	jul/08	jul/28	IGP-M	junho
Jataí	ELETOBRAS	423.293	174.410	121,35	286,63	jun/08	jun/28	IGP-M	junho
Monte Serrat	ELETOBRAS	379.134	156.215	121,35	286,63	jun/09	jun/29	IGP-M	junho
Retiro Velho	ELETOBRAS	275.484	113.508	121,35	286,63	jun/09	jun/29	IGP-M	junho
Santa Fé	ELETOBRAS	546.810	225.303	121,35	286,63	jul/08	jun/28	IGP-M	junho
São Joaquim	ELETOBRAS	280.619	115.624	121,35	286,63	mai/08	mai/28	IGP-M	junho
São Pedro	ELETOBRAS	387.888	159.822	121,35	286,63	jun/09	jun/29	IGP-M	junho
São Simão	ELETOBRAS	319.677	131.717	121,35	286,63	jun/09	jun/29	IGP-M	junho

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1.1 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data. A decisão judicial exarada pelo Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, dentre outras providências, determinou:

- (i) Nomeação da KPMG Corporate Finance, para atuar como administradora judicial;
- (ii) Suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005, que foi estendido por mais 180 dias;
- (iii) Apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005;
- (iv) Dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e
- (v) Determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em 04 de novembro de 2019, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pelo Grupo Renova e em 17 de dezembro de 2019 o Grupo Renova protocolou o seu plano de recuperação judicial para discussão com credores, no qual são estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das empresas do Grupo Renova, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômica- financeira das empresas e a continuidade das suas atividades, inclusive por meio de: (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de ativos.

Em linha com seu Plano e para suportar as despesas de manutenção das suas atividades, a controladora Renova Energia celebrou com a CEMIG empréstimo do tipo *debtor-in-possession* ("DIP") de R\$36.500. Ainda, em 04 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da controladora Renova Energia aprovou a aceitação da oferta de financiamento para reinício das obras do seu Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, bem como para as despesas operacionais correntes do Grupo Renova, cujos documentos necessários ao fechamento da operação estão sendo negociados entre as partes (nota 11.2).

Conforme divulgado na nota 11.1, em 06 de julho e em 03 de novembro de 2020 a controladora Renova Energia protocolou novos planos de recuperação judicial, que encontram-se em fase de discussão podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores prevista para ocorrer em novembro de 2020. Todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial do Grupo Renova estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foi aprovada pela diretoria, em 06 de novembro de 2020, para que seja submetida à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral.

2.3. Reapresentação dos saldos contábeis

Durante a preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Brasil PCH identificou que o registro contábil dos instrumentos financeiros derivativos (*swap*), contratados em 15 de outubro de 2018, junto ao Banco Itaú, para proteção de fluxos de caixa da Brasil PCH não estavam sendo mensurados pelo valor justo.

Dessa forma, a Administração da Brasil PCH elaborou os cálculos necessários e reconheceu os efeitos da variação do valor justo do instrumento de proteção, no montante de R\$32.182 em 31 de dezembro de 2018, em outros resultados abrangentes em contrapartida a rubrica de instrumentos financeiros derivativos, no passivo não circulante.

Assim a Companhia também reconheceu os efeitos da variação do valor justo dos instrumentos de proteção, no montante de R\$16.413, em 31 de dezembro de 2018, em outros resultados abrangentes em contrapartida a rubrica de investimentos, conforme demonstrado a seguir:

Balanco patrimonial

ATIVO	31/12/2018			PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018		
	<u>Apresentado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>		<u>Apresentado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	9.193	-	9.193	Total dos passivos circulantes	5.253	-	5.253
NÃO CIRCULANTES				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos	603.747	(16.413)	587.334	Capital social	744.871	-	744.871
Partes relacionadas	229.807	-	229.807	Reserva de lucros	4.862	-	4.862
Total dos ativos não circulantes	833.554	(16.413)	817.141	Ajuste de avaliação patrimonial	-	(16.413)	(16.413)
				Dividendos adicionais propostos	87.761	-	87.761
				Total do patrimônio líquido	837.494	(16.413)	821.081
				TOTAL DOS PASSIVOS			
TOTAL DO ATIVO	842.747	(16.413)	826.334	E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	842.747	(16.413)	826.334

Demonstração dos resultados abrangentes

	31/12/2018		
	<u>Apresentado anteriormente</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ajustado</u>
Lucro líquido do exercício	53.753	-	53.753
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado			
Reflexo da perda de valor justo de instrumento de hedge de controlada em conjunto	-	(16.413)	(16.413)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>53.753</u>	<u>(16.413)</u>	<u>37.340</u>

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas, conforme requerido pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente a norma internacional IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente a norma internacional IAS 1). Não houve impactos nas demonstrações do resultado do exercício e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.4. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.4.1 Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota explicativa 10)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas

mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa; e
- Transações com partes relacionadas (nota explicativa 4).

b) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

c) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O principal passivo financeiro da Companhia compreende o saldo com fornecedores

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

2.4.2 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4.3 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.5. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.5.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensura o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.6. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1º de janeiro de 2019.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

CPC 06-R2 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1) e o ICPC 03)

A nova norma traz um modelo único de arrendamento mercantil, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro, ou seja, deverão ser reconhecidos ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Na prática, as mudanças afetarão especialmente as companhias arrendatárias, sem alterações relevantes nas companhias arrendadoras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia realizou um trabalho interno e não foram identificados impactos para a adoção deste novo pronunciamento a partir de 1º de janeiro de 2019.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

Outros pronunciamentos e revisões de pronunciamentos

- CPC 48: Alterações de Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa.
- CPC 18(R2): Alterações de Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

3 INVESTIMENTOS

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com o CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

A controlada, Brasil PCH, detém, em sua totalidade, 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não examinadas pelos auditores independentes).

O valor de aquisição pago foi alocado aos ativos e passivos da Brasil PCH a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais estão sendo amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações das PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago, R\$754.907 em 2014, foi alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio.

De acordo com o requerido no CPC 45, apresentamos as informações financeiras da Brasil PCH (controlada em conjunto):

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

<u>ATIVOS</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado)	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Reapresentado)
CIRCULANTES			CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	8	63.657	Debêntures	122.117	41.758
Aplicações financeiras	155.550	94.994	Outros passivos circulantes	80.279	159.789
Outros ativos circulantes	56.366	65.883	Total dos passivos circulantes	202.396	201.547
Total dos ativos circulantes	211.924	224.534			
NÃO CIRCULANTES			NÃO CIRCULANTES		
Imobilizado	1.035.306	1.043.546	Debêntures	766.192	863.854
Outros ativos não circulantes	21.125	40.795	Outros passivos não circulantes	130.352	90.820
Total dos ativos não circulantes	1.056.431	1.084.341	Total dos passivos não circulantes	896.544	954.674
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	169.415	152.654
TOTAL DO ATIVO	1.268.355	1.308.875	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.268.355	1.308.875

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
RECEITA LÍQUIDA	426.940	408.659
Custo com depreciação	(35.752)	(34.268)
Outros custos	(64.780)	(53.899)
Despesas gerais e administrativas	(15.479)	(16.869)
Reversão para perda com contrato oneroso	4.425	2.528
Resultado financeiro	(100.822)	(124.314)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(14.235)	(15.191)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	200.297	166.646

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 da controlada em conjunto foi impactado substancialmente por: (i) aumento do faturamento em função do reajuste contratual de 7,64% ocorrido no primeiro semestre de 2019; (ii) aumentos nos custos com manutenções preventivas e corretivas realizadas nas PCHs; e (iii) redução do resultado financeiro negativo em função do aumento nos rendimentos com aplicação financeira e redução nos encargos da dívida.

3.1 Movimentação do investimento:

	<u>Investimento</u>			
	<u>Custo</u>	<u>Mais valia</u>	<u>Ajuste de valor patrimonial</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	146.631	538.731	-	685.362
Equivalência patrimonial/ amortização da mais valia	84.989	(36.303)	-	48.686
Dividendos propostos	(130.301)	-	-	(130.301)
Ajuste de valor patrimonial (DRA)	-	-	(16.413)	(16.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	101.319	502.428	(16.413)	587.334
Equivalência patrimonial/ amortização da mais valia	95.096	(36.302)	-	58.794
Dividendos propostos	(77.189)	-	-	(77.189)
Ajuste de valor patrimonial (DRA)	-	-	(16.414)	(16.414)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	119.226	466.126	(32.827)	552.525

3.2 Movimentação dos dividendos a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2017	33.219
Dividendos propostos	130.301
Dividendos recebidos	<u>(154.340)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.180
Dividendos propostos	77.189
Dividendos recebidos	<u>(86.369)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>-</u></u>

4 PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Passivo	Resultado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
<u>Mútuo</u>					
Renova Energia	199.777	102.680	-	10.030	5.102
Renova Comercializadora	<u>136.096</u>	<u>127.127</u>	<u>(111)</u>	<u>9.342</u>	<u>2.842</u>
	<u><u>335.873</u></u>	<u><u>229.807</u></u>	<u><u>(111)</u></u>	<u><u>19.372</u></u>	<u><u>7.944</u></u>

Os principais saldos de ativos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019 referem-se às transações de mútuo da Companhia com sua controladora Renova Energia e com a parte relacionada Renova Comercializadora S.A. - Em recuperação judicial, sujeitas a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a., com prazo indeterminado de vencimento.

Todos os custos e despesas relacionados a remuneração do pessoal chave da Administração da Companhia são pagos pela controladora Renova Energia.

5 TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRPJ a pagar	155	48
CSLL a pagar	421	119
COFINS a recolher	137	56
PIS a recolher	22	9
Tributos sobre operações de mútuo	3.448	296
Tributos em parcelamento	<u>3.094</u>	<u>-</u>
TOTAL	<u><u>7.277</u></u>	<u><u>528</u></u>
Apresentados como:		
Circulante	4.899	528
Não circulante	<u>2.378</u>	<u>-</u>
TOTAL	<u><u>7.277</u></u>	<u><u>528</u></u>

Refere-se a saldo a pagar de tributos acumulados no exercício de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incluiu os saldos a pagar de IRPJ, CSLL e IOF sobre mútuo no programa de parcelamento da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses e seguem apresentados na linha de "Tributos em parcelamento" no quadro acima.

6 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$744.871, e está representado por 744.871.373 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Dividendos dados em garantia

Em 23 de julho de 2019, a controladora Renova Energia renegociou a dívida com o Banco Citibank S.A., e apresentou como garantia a cessão fiduciária de 35,28% dos dividendos distribuídos pela Companhia, além da cessão fiduciária de mais 4,72% dos dividendos distribuídos pela Companhia sujeitos a implementação de condição suspensiva. A Companhia também é avalista nessa operação.

Em 12 de fevereiro de 2020, em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento da controladora, o Citibank notificou a Renova Energia de que se reservava no direito de exercer a qualquer momento sua posição de direito frente aos dividendos propostos pela Companhia, sob pena de adoção das medidas judiciais cabíveis. Com o vencimento antecipado da dívida mantida com a referida instituição financeira, aguarda-se a aprovação do plano de recuperação judicial. Até a presente data, a Administração da Companhia não foi comunicada sobre qualquer alteração na posse e/ou propriedade das ações representativas do seu capital social, não tendo sido alterado o tratamento dado até então a essas garantias.

6.2 Destinação do lucro

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o resultado do exercício será destinado da seguinte forma:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e

b) 5% (cinco por cento), diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal, será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório.

Conforme Estatuto Social da Companhia, caso deliberado em Assembleia Geral, os acionistas terão o direito de receber como dividendo adicional em cada exercício, 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da reserva legal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração está propondo *ad referendum* a Assembleia Geral de Acionistas dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$3.412, conforme apresentado a seguir:

Lucro líquido do exercício	71.837
Reserva legal constituída - 5%	<u>(3.592)</u>
Base de cálculo para dividendos	68.245
Percentual legal dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>5%</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	3.412
Dividendos mínimos obrigatórios por ação	<u><u>0,005</u></u>

Movimentação dos dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.066
Dividendos propostos	<u>2.553</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.619
Dividendos propostos	<u>3.412</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>8.031</u></u>

Reserva especial para dividendos

A Companhia possui o montante de R\$ 152.594, em reserva especial de dividendos, relacionados a lucros remanescentes após as destinações de dividendos obrigatórios, conforme previsto no artigo 202 da Lei no 6404 alterada pelas Leis nº-11.638/07 e nº 11.941/09, em função de não possuir condições financeiras para o seu pagamento. A realização da reserva se dará pelo pagamento de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir, ou será absorvida por prejuízos em exercícios subsequentes.

6.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao efeito reflexo dos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa considerados efetivos da controlada em conjunto Brasil PCH que atrelou seus passivos financeiros de maior expressão a um indexador de preços que remunera os recebíveis ao I-GPM.

6.4 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado. No exercício não houve diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do lucro básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	71.837	53.753
<u>Lucro básico e diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>744.871</u>	<u>744.871</u>
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	<u><u>0,10</u></u>	<u><u>0,07</u></u>

7 DESPESAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Reversão de provisão	(105)	-
Impostos e taxas	<u>9</u>	<u>2</u>
Total	<u><u>(96)</u></u>	<u><u>2</u></u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reverteu provisões anteriormente constituídas considerando a não expectativa de desembolso de caixa futuro para liquidar.

8 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	66	129
Juros ativos - mútuo (nota 4)	19.372	7.944
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira	<u>(679)</u>	<u>(375)</u>
Total das receitas financeiras	<u>18.759</u>	<u>7.698</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre tributos a recolher	(1.294)	(21)
IOF	(1)	(32)
Despesas bancárias	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Total das despesas financeiras	<u>(1.296)</u>	<u>(53)</u>
Total do resultado financeiro	<u><u>17.463</u></u>	<u><u>7.645</u></u>

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	76.353	56.329
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(25.960)	(19.152)
<u>Exclusões permanentes</u>		
Resultado da equivalência patrimonial	19.991	16.576
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:		
Provisões temporárias	1.453	-
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u><u>(4.516)</u></u>	<u><u>(2.576)</u></u>

10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2	6	2	6
Não Circulante				
Partes relacionadas	335.873	229.807	335.873	229.807
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	106	-	106
Não Circulante				
Partes relacionadas	111	-	111	-

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	6	-
Não circulante				
Partes relacionadas	-	335.873	-	229.807
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	-	-	106
Não circulante				
Partes relacionadas	-	111	-	-

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

e) Risco da escassez hidrológica

A controlada em conjunto Brasil PCH gera energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita.

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo a da Brasil PCH, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

11 EVENTOS SUBSEQUENTES

11.1 Processo de recuperação judicial

A Controladora Renova Energia protocolou em 06 de julho de 2020 dois novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente as empresas do Complexo Alto Sertão III- Fase A, e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais empresas controladas em recuperação judicial, que inclui a Companhia. O plano de recuperação judicial está sujeito a aprovação da Assembleia Geral de Credores prevista para ser realizada em novembro de 2020.

Ainda, conforme Fato Relevante divulgado em 22 de outubro de 2020, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Estado de São Paulo, o Edital de Convocação para a Assembleia Geral de Credores da controladora Renova e suas controladas (incluindo a Companhia) designando a realização da mesma para os dias 10 de novembro de 2020, primeira convocação, e 17 de novembro de 2020, segunda convocação, em ambiente virtual.

E em 03 de novembro de 2020 a Companhia protocolou dois novos planos de Recuperação Judicial, conforme Fato Relevante divulgado na mesma data.

11.2 Oferta de financiamento

Conforme Fato Relevante divulgado em 27 de agosto de 2020, a controladora Renova Energia recebeu da Quadra Gestão de Recursos Ltda. e do sindicato constituído pela ARC Capital Ltda., da G5 Administradora de Recursos Ltda., e da XP Vista Asset Management Ltda. duas novas ofertas de financiamento na modalidade *Debtor in Possession* (DIP) para a conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A, bem como para despesas operacionais correntes do Grupo Renova.

Em 04 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da controladora Renova Energia aprovou a aceitação da oferta realizada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda. de financiamento na modalidade *Debtor in Possession* (DIP) de até R\$ 350.000, cujas condições precedentes incluem a aprovação na Assembleia Geral de Credores no âmbito do Processo de

Recuperação Judicial em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP, conforme Fato Relevante divulgado em 08 de setembro de 2020.

A controladora Renova Energia se comprometeu com um período de exclusividade para a negociação satisfatória dos documentos da transação entre as partes. A transação faz parte da estratégia do Grupo Renova para o seu saudável soerguimento e cumprimento do seu plano de reestruturação, destinando os recursos obtidos com a transação especialmente para o reinício das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

11.3 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar possíveis efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica, destacando-se eventual redução no consumo de energia elétrica e conseqüentemente na receita de venda de energia.

Como as subsidiárias da controlada em conjunto Brasil PCH possuem contratos com o PROINFA, não esperamos impactos relevantes nessa controlada, considerando que o histórico destes contratos não contempla impactos relevantes, quando da redução de demanda.

Adicionalmente a retração macroeconômica decorrente do COVID-19 poderá também impactar o nosso processo de recuperação judicial em função de eventuais alterações nas condições de mercado para prospecção e obtenção de novos recursos para financiar as nossas operações, incluindo a conclusão dos parques eólicos da controladora Renova Energia, bem como a eventual alienação de ativos.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
